

ATA DE REUNIÃO

CONSELHO GERAL

N.º 2B/2023

Aos treze dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, na sala de reuniões dos Serviços Centrais do IPSantarém e, em simultâneo, em videoconferência, através da Plataforma Zoom, teve início a reunião do Conselho Geral do IPSantarém, com a seguinte **Ordem de Trabalhos (OT)**:

Ponto 1 - Informações

Ponto 2 - Apreciação e discussão da Proposta de Alteração aos Estatutos do IPSantarém

Estiveram **presentes** os seguintes membros conselheiros, com direito a voto, de acordo com a folha de presenças da reunião, ANEXO I da presente ata:

1. Hermínio Martinho, Presidente do Conselho
2. Maria Regina Ferreira, Secretária do Conselho
3. Nuno Jorge, *online*
4. Cristina Novo, *online*
5. António Vicente, *online*
6. Teresa Coelho, *online*
7. Marília Henriques, *online*
8. João Nascimento, *online*
9. Paulo Rosa, *online*
10. Maria do Céu Roldão, *online*
11. Leonor Teixeira, *online*
12. Miguel Castanho *online*
12. Vânia Neto, *online*
13. Pedro Sequeira, *online*

Estiveram **ausentes** os seguintes membros conselheiros, com direito a voto, de acordo com a folha de presenças da reunião, ANEXO I da presente ata:

1. António Morão Lourenço

-
2. Maria do Céu Martins
 3. Nuno Russo
 4. Maria Beatriz Claudino
 5. Miguel Alexandre Ferreira
 6. Pedro Ribeiro
 7. José Carlos Dias

Esteve **presente** o seguinte membro conselheiro, sem direito a voto, de acordo com a folha de presenças da reunião, ANEXO I da presente ata:

1. João Moutão, Presidente do Instituto

Esteve ainda **presente** do Gabinete de Apoio ao CG, a Dra. Feliciano Cardoso.

Depois de verificado o quórum, o Presidente do Conselho Geral (CG) deu início à reunião e começa por referir que recebeu duas atas da Escola Superior de Desporto de Rio Maior: do Conselho Estratégico e da Assembleia de Escola, que estão disponíveis para consulta para quem estiver interessado.

Passou, de seguida, a palavra ao Presidente do Instituto, para cumprimento do ponto 1.

1. Informações

O Presidente do Instituto, Prof. João Moutão apresenta as seguintes informações:

Eleição do diretor da Escola Superior Agrária, Prof. António Azevedo que foi o professor com maior votação.

A “iniciativa cidadãos” que está relacionada com o grau de doutor, teve consenso nos grupos parlamentares onde se assumiu que o doutoramento poderá ser feito pelos Institutos politécnicos; também que a denominação internacional poderá ser Polytechnic University, e, no nosso caso, terá a designação de Polytechnic University of Santarém.

Aprovadas alterações ao acesso ao ensino superior, nomeadamente o requisito mínimo de 2 provas.

O documento da parte 3 e 4 do plano estratégico, que diz respeito à informação que foi recolhida no âmbito dos diferentes stakeholders e que será enviado para o CG; já foi analisado no âmbito do Conselho Consultivo de Gestão.

Ponto 2 - Apreciação e discussão da Proposta de Alteração aos Estatutos do IPSantarém

O Sr. Presidente começa por referir que foi feita a elaboração de todos os textos e as propostas apresentadas pelos conselheiros foram enviadas a todos os conselheiros. A primeira proposta que surgiu foi enviada pelo conselheiro Paulo Rosa e por isso é a proposta B; a proposta da Presidência, que é a C e depois uma proposta conjunta de 4 professores - Nuno Jorge, António Vicente, Teresa Coelho e Cristina Novo - que é a D. A proposta A é a da Comissão.

Apresentou e informou da presença da Dra. Inês Neto, do secretariado da presidência, para poder dar apoio à reunião.

Dra. Maria Céu Martins -

Pediu a palavra para dizer que não pretende causar atrito ou mau estar, mas apresenta uma declaração de intenções. Enviou nesse momento um email ao secretariado do CG solicitando que fosse partilhado e que se encontra anexa a ata. Está descontente e triste com o que se passou na reunião anterior onde não esteve presente.

Prof. Maria do Céu Roldão -

A demora é um ponto que teremos de corrigir, mas a metodologia que está proposta para hoje resulta da constatação de que a análise da proposta não é linear e que talvez não deva chamar-se proposta, mas o documento base para discussão das outras propostas; e isso não significa nenhum desrespeito ao documento de base. Sugere que onde está "proposta A" deverá estar "documento da comissão". Esta metodologia de formalizar de uma forma sistematizada as propostas foi uma sugestão para contrariar o gasto do tempo que foi excessivo e não produtivo na discussão do texto da comissão e por conseguinte um ato de respeito para com o texto da comissão. Subscrive a preocupação apresentada, mas o facto de não ter estado presente na reunião talvez a tenha levado a interpretar que se está a colocar de forma igual as várias propostas o que não é o caso. A proposta A é o documento base e merece-lhe toda a consideração. A metodologia permite votar os artigos de forma mais consistente.

Prof. João Nascimento -

Gostava de acompanhar a Dra. Maria do Céu Martins. Foi desafiado para apresentar uma proposta de texto que não aceitou por não concordar com a metodologia. Esta não é uma proposta final, ainda vai para consulta pública e por isso sujeita a alterações. Esta foi a metodologia adotada no código de ética. A questão do tempo, não concorda; as propostas têm que ser pensadas, analisadas e por isso é necessário tempo e os elementos do CG têm outros trabalhos em simultâneo, como o código de ética. Nenhuma destas propostas vai ser definitiva e vamos criar uma outra versão no final.

Prof. Leonor Teixeira -

A propósito da intervenção de Dra. Maria do Céu Martins dizer que, em 1.º lugar, o processo deve a todos orgulhar por ser um processo democrático e colaborativo. Em 2.º é um processo complexo na sua temporalidade e no modo como é participado; introduz mudanças que já se esperavam mais ou menos consensuais e significativas, independentemente do grau de abrangência, introduz pensamento crítico. Na última reunião foi proposta uma metodologia para agilizar e lidar com as dificuldades que surgiram. Considera que as propostas que, entretanto, surgiram não são no sentido de desrespeitar ou minimizar o trabalho da comissão. Preza e agradece o trabalho que a comissão desenvolveu. Em relação à temporalidade este é um processo de maior importância para o Instituto, para as escolas, para todos, e todos temos que dar resposta a muitas outras atividades em simultâneo. Devemos elaborar um modelo de estatutos que espelhe este órgão.

Prof. Pedro Sequeira -

Quando o processo se iniciou sempre disse que o grande trabalho da comissão não era trazer um articulado, mas uma proposta de reflexão sobre a organização do Instituto através dos estatutos. Deveria ter-se perguntado como se chegou a esta proposta que foi pensada num todo, onde várias pessoas colaboraram desde dirigentes da própria organização a outras e a proposta resulta da análise de conteúdo das entrevistas realizadas. Considera que o mais importante é identificar o que o CG quer para o Instituto e esse debate ainda não foi feito; só depois surgiria o articulado. Não pretende saber a opinião dos colegas sobre cada um dos articulados, porque isso não permite ver o todo e a comissão trabalhou o todo. Gostava de saber qual a opinião de cada um dos colegas sobre a organização estatutária e depois partia-se para o articulado.

Prof. Cristina Novo -

Refere que concorda que houve alteração da metodologia definida no início para a discussão dos estatutos, mas já foi aqui explicado e fundamentado porque surgiu essa alteração. Com a proposta D trazemos um conjunto de ideias e reflexões, sugestões, dúvidas que nos surgiram e não uma proposta de articulado. Jamais colocou em causa o trabalho da Comissão. Concorde com a sugestão da Prof. Maria Céu Roldão de ter um documento base que é a proposta da Comissão e depois as outras propostas que servirão de reflexão e discussão.

Prof. Paulo Rosa -

Em momento algum demonstrou falta de consideração pelo documento da Comissão de Revisão do Estatutos. Ler um documento que deu trabalho a fazer, que foi alvo de esforço, deu trabalho, elaboração, comparação, discussão com outros pares, não é um sinal de desrespeito, antes pelo contrário. Desrespeito é não ler os documentos, não os pensar e não manifestar a opinião.

A metodologia de revisão que foi enviada pelo Conselho Ceral refere votar propostas de alteração que sejam consensuais; a sua atitude vem da metodologia. É legítimo que se possa concordar ou discordar. Tomou a decisão a pensar na eficácia e na eficiência do processo, de antecipar a opinião que é tão legítima como apresentar a proposta no momento da discussão.

A proposta não foi só ideia sua, foi partilhada e discutida, uma vez que é membro do Conselho e representa os seus pares. Considera que essa é a sua função.

O trabalho foi feito tendo por base a proposta da comissão. Não fez uma proposta de estatutos nova e não apresentou uma proposta de articulado, mas sim justificações de concordância ou discordância. O que fez foi o que consta da metodologia – analisar a proposta da CRE.

É para ser discutida e votada, logo é um documento de trabalho e para apreciação. Partilha sempre com os colegas de Escola as propostas, as convocatórias, porque considera que é o seu dever. “Um documento com propostas para ser discutidas e votadas deve ser partilhado”. O que depois a Escola Superior de Desporto fez ou o Conselho Estratégico ou Assembleia de Escola não diz respeito ao membro Paulo Rosa.

O facto de concordar, ou não, ou acrescentar, não significa que seja um fundamentalista.

No seguimento do que referiu o Prof. Pedro Sequeira, na primeira reunião em que esteve presente, perguntou de onde tinham partido, se de alguma visão do futuro ou daquilo que são os problemas atuais e em que medida é que o sistema de governo poderia melhorar.

Prof. Maria Céu Roldão -

Não se revê na natureza desta discussão, porque não há nenhum momento em que se tenha defendido pôr em causa o texto proposto que a CRE elaborou. Estava clara a necessidade de alterar os Estatutos e considera que há uma visão geral que aqui já foi discutida e expressa no CG. A decisão que está hoje a ser posta em causa foi votada por todos na reunião anterior e decorreu da necessidade de formalizar propostas para agilizar o texto. Também não concorda com o facto de que o documento por ir à consulta pública não tenha que ter um documento pré-final, completo. Salientou a intervenção da Prof. Marília Henriques que na reunião anterior referiu que não se poderia estar a escrever o texto durante a reunião à medida que se fosse discutindo.

Presidente João Moutão -

Considera que estão todos de acordo com a necessidade de respeitar o trabalho da Comissão, cujas

grandes opções da organização da Instituição já foram discutidas e votadas em maio. A proposta da "presidência" surge como incremento de redação, não alterando em nada o conteúdo essencial e estão propostas sugestões que poderão também ser apreciadas numa lógica de enriquecer o trabalho da CRE. Sugere passar à apreciação da proposta da Comissão.

Prof. Regina Ferreira -

Estas propostas surgiram como uma necessidade para se avançar na elaboração final do documento escrito, dado que as linhas gerais da proposta base da CRE já foram discutidas e aprovadas no CG.

Prof. Nuno Jorge -

Concorda que se avance, referindo que não concorda com as intervenções da Dra. Maria do Céu Martins e Prof. Pedro Sequeira, talvez por não terem estado presentes na última reunião e não entenderam o propósito das propostas. Revê-se nas palavras da Prof. Maria do Céu Roldão. Considera que foi um lapso colocar as propostas em pé de igualdade, mas já foi corrigido, reforçando que as outras propostas não estão ao mesmo nível. As três propostas apresentadas em alternativa são pontuais. Outro lapso que apresenta é o facto de não estarem presentes os elementos da Comissão para esclarecimento de dúvidas. Acrescenta que é necessário avançar com a melhor proposta possível. Concorda com a intervenção do Prof. Paulo Rosa, exceto num ponto – o documento não tinha que ser partilhado com pessoas fora do Conselho Geral, pois o facto de sermos membros do CG "não faz de nós veículos de transmissão de informação para fora do CG".

Prof. Marília Henriques -

Congratulou-se com a clarificação das diferentes posições. Referiu que a Comissão não está presente, mas foi convidada e foi enviado um email ao Sr. Presidente a informar do motivo da ausência. Lamentou os manifestos lapsos que estiveram na origem dos mal-entendidos referidos anteriormente.

Prof. Nuno Jorge -

Deixa a proposta de suspender a reunião e reatar na próxima semana com a expressa indicação de que as propostas não estão ao mesmo nível; há propostas de redefinição de alguns artigos e deverá estar connosco a Presidente da CRE, pois seria enriquecedor para o debate.

Prof. Leonor Teixeira -

Após a intervenção da Prof. Marília Henriques sente-se desconfortável pelo facto de os membros da Comissão não estarem presentes. É importante a proposta da CRE, é o fio condutor o que não significa que não possam surgir outras ideias ou sugestões. É a oportunidade para expressar o pensamento e em última análise votar a favor ou contra.

O Sr. Presidente lê o email que a Prof. Ana Costa enviou (anexo-II).

Reconhece e assume que foi um lapso lamentável que não se tivesse convidado os membros da CRE para a reunião de 30 de janeiro; relativamente a hoje esperava-se que estivessem presentes (Prof. Ana Costa e o Prof. George Camacho) o que não aconteceu. Concorde que o documento apresentado relativo à metodologia colocava ao mesmo nível as quatro propostas, apesar de não ter sido essa a intenção. Salaria o brilhante trabalho que foi desenvolvido pela CRE quer relativamente à metodologia quer ao conteúdo.

Propõe que se fale com os Profs Ana Costa e George Camacho, convidando-os para participar e discutir partindo da proposta base do trabalho da Comissão.

Propõe encerrar a reunião e esclarecer o assunto com a Prof. Ana Costa com quem falará pessoalmente. Acrescenta que na próxima reunião, tendo por base a proposta com a qual concordamos, iremos discutir e votar artigo a artigo.

Prof. Marília Henriques -

Propõe que os Senhores Presidentes, do CG e do Instituto, falem com a Prof. Ana Costa para esclarecimento da situação.

O Presidente do CG definiu a hora e o dia da próxima reunião (17h do dia 27 de fevereiro, reunião esta prevista no plano anual das reuniões do Conselho).

O Presidente do CG, Eng. Herminio Martinho, deu por encerrada a reunião pelas 19 horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente Ata que, vai ser assinada pelo Presidente do Conselho Geral e pela secretária, Prof. Regina Ferreira.

O Presidente do Conselho



Herminio Martinho

A Secretária do Conselho


Maria Regina Ferreira

